

**MADALENA PEIXOTO**  
FALA SOBRE  
**SUCESSÃO, REDESENHO**  
E AUTONOMIA  
UNIVERSITÁRIA

O Comitê Contra a Repressão na PUC-SP, reunido na quarta-feira, 12/3, definiu uma série de ações para protestar contra a criminalização dos estudantes que participaram da ocupação da PUC-SP. Nesta semana, será distribuído na universidade um manifesto das entidades à Reitoria (veja íntegra nesta edição).

Circulará também um abaixo-assinado, dentro e fora da universidade, pela retirada imediata do processo administrativo contra nove estudantes da PUC-SP.

Na avaliação do Comitê, não apenas o destino desses nove estudantes

## CONTRA A REPRESSÃO AOS ESTUDANTES DA PUC-SP!

## CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS!

está em jogo, mas a própria democracia universitária. A criminalização do movimento estudantil pode levar, num segundo momento, a ameaças ao direito de cátedra e à própria organização de professores e funcionários.

Está marcado para 25/3 um ato-

debate reunindo diversas personalidades do meio acadêmico e político para protestar contra a instauração do processo punitivo contra os estudantes.

Os presentes à reunião avaliaram também que o atual processo de redesenho só tem sentido se houver respeito à autonomia universitária e à livre manifestação de todos os segmentos – o que não acontece hoje, com um

processo administrativo que pune aqueles que ousaram protestar contra o próprio redesenho. Nesse sentido, espera-se que estudantes, professores e funcionários acompanhem atentamente as próximas reuniões do Conselho Universitário, nos dias 19 e 26/3.

### POR QUE SOU CONTRA A PUNIÇÃO AOS ESTUDANTES

“Primeiro, porque introduz um método não-acadêmico, não-universitário, para resolver problemas intrínsecos à vida universitária. Trata-se de uma ruptura com a noção de autonomia universitária, já que, quando se apela para instâncias de fora da universidade para resolver problemas internos, abre-se a possibilidade de que a autonomia seja destruída. A situação é mais grave quando o apelo é para o aparelho de repressão do Estado, situação absolutamente inconcebível para uma universidade como a PUC-SP, que tem um histó-



rico de luta contra a ditadura. É inconcebível que uma universidade que abrigou professores como Florestan Fernandes, Octavio Iani e Mauricio Tragtenberg, além de ter como grande sustentador Dom Paulo Evaristo Arns, convoque a polícia para entrar e depois se utilize de métodos repressivos para punir estudantes. Por esses dois moti-

vos, sou absolutamente contra a punição dos estudantes.

*José Arbex Júnior, professor do Departamento de Jornalismo*

### Processo: termina fase de depoimentos

A Comissão processante composta pelos professores Rubens Arai, Eliana Faleiros e Silas Guerriero terminou a primeira fase de seus trabalhos, em que foram ouvidos os estudantes acusados e as testemunhas.

O processo, que teve início em janeiro, deverá sofrer prorrogação de mais 30 dias, durante os quais os professores deverão concluir seu parecer e entregar à Reitoria. Nas alegações finais, o advogado de defesa reivindica a anulação do processo, uma vez que os acusados não foram ouvidos na primeira fase do processo sindicante que apontou os estudantes como culpados. Além disso, as fotos usadas para identificação dos envolvidos não tinham sua origem identificada, e foram constatadas inúmeras contradições nos depoimentos dos segurancas da Graber.

# Condoleezza Rice

Depois da Colômbia bombardear de madrugada um acampamento das FARC e matar 27 guerrilheiros, entre eles Raúl Reyes, depois de abrir uma crise diplomática entre Colômbia e Equador, depois da OEA reconciliar as partes com um pedido formal de desculpas pelo governo colombiano, aí então a sorridente Condoleezza Rice chega ao Brasil para dizer o que deve ser feito contra as FARC e contra o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Assim que se instalou a crise, Brasil, Argentina e Chile correram a resolvê-la com a bandeira de pedido de desculpas por parte de Álvaro Uribe e promessa de que não mais violaria as fronteiras equatorianas. A mortandade já estava feita, caberia então negociar uma saída "honrosa" de Rafael Correa. A Colômbia apresentou um tal de laptop que comprometia Chávez e Correa. Acusação daqui e de lá tudo terminou em abraços e apertos de mão na reunião da OEA. Mas ficou evidente que nada foi resolvido. De um lado, está a proposta de Chávez de que se reconheça as FARC como uma força beligerante e, de outro, Uribe que exige o reconhecimento das FARC como terroristas. A de Chávez reabre a tentativa de retomada de negociações entre governo e guerrilheiros, com a possibilidade das FARC virem a se legalizar. A de Uribe pressupõe o esmagamento militar dos oponentes.

Frente a esse quadro, que teve como antecedente o episódio de libertação de reféns, o governo brasileiro chegou à conclusão de que as FARC se tornaram um problema regional, antes tido como conflito interno à Colômbia. O chanceler Celso Amorim, em audiência da Comissão de Relações Exteriores do Senado, oficializou essa nova visão do conflito. O que quer dizer que a OEA deve intervir por cima das fronteiras nacionais que envolvem a guerra interna à Colômbia. Em última instância, chegar-se-á à exigência de que todos os países fronteiriços combatam os guerrilheiros caso estes utilizem seus territórios como espaço de fuga.

Mas aí entra Condoleezza Rice. Traz a mensagem de Bush de que todos devem considerar as FARC como terroristas e que não se pode conservar o conceito de inviolabilidade das fronteiras nacionais. Os Estados Unidos defenderam a violação da soberania do Equador ao apoiarem o ataque militar às FARC. Ficaram de fora da OEA na discussão do assunto, como se estivessem apenas apoiando Uribe como simples observador. Assim, os acontecimentos foram falseados, o que foi bom para a demagogia da OEA em torno da defesa do princípio da soberania. Agora, por cima de todos os governos, Condoleezza Rice anuncia que é hora de assumirem não simplesmente a regionalização do embate mas também a internacionalização. Ou seja, os Estados Unidos ditam as condições e regras da guerra às FARC por meio do Plano Colômbia. É com bilhões de dólares, armamento sofisticado, treinamento especial e voz de comando às Forças Armadas colombianas que se espera esmagar a guerrilha. Se tudo isso não bastasse, já que as FARC se movimentam livremente sob a proteção da floresta, então aqueles países que não fecharem suas fronteiras deverão sofrer a violação de sua soberania.

Condoleezza desconhece assim as críticas de que a Colômbia violou a soberania do Equador. Ocorre que Uribe não enviaria uma máquina de guerra ao território vizinho se não fosse sob orientação dos Estados Unidos. Quem violou a soberania dos equatorianos, em primeiro lugar, foram os Estados Unidos. O ataque e assassinato dos guerrilheiros que dormiam às três da manhã em solo do Equador concretizou a posição internacional do imperialismo norte-americano de que não há inviolabilidade de fronteiras. Está aí por que o primeiro agressor a ser condenado são os Estados Unidos. Como a OEA ignorou a existência do mandante, o mandante mandou às favas a declaração da OEA sobre a soberania do Equador.

Não resta dúvida, para quem quer ver, que se trata de defender a soberania e a autodeterminação dos povos. A Colômbia não invadiria a fronteira equatoriana se seu Estado não estivesse sob controle e proteção dos Estados Unidos. Se não fosse a atuação dos Estados Unidos por cima das fronteiras da Colômbia, a guerrilha seria um problema interno deste país. A Colômbia dificilmente afrontaria o Equador, a não ser como ato de guerra declarado ao vizinho.

*Erson Martins de Oliveira,  
Diretor da Apropuc.*



MARCELA ROCHA

Ao centro o jornalista Luiz Nassif, ladeado pelo professor José Salvador Faro (esq.) e Glauco Faria (dir.)

## EVENTO

### O anti-jornalismo de *Veja* em debate

Jornalismo esgotado, essa foi a definição de Luís Nassif para a *Veja* no evento promovido pelo departamento de Jornalismo na noite de terça-feira, 11/3. Antes de falar sobre a revista de maior circulação no país, com tiragem de 1 milhão de exemplares, o jornalista traçou um quadro dos meios de comunicação no país. Segundo ele, com o fim da ditadura algo de novo surgiu, a opinião pública teve liberdade para manifestar-se na sociedade brasileira. A partir desse momento a população e os meios de comunicação podiam se expressar sem a censura do poder militar.

Acontece que isso criou um poder demasiadamente grande à imprensa, principalmente nos anos 80/90, período que marcou as grandes tiragens da imprensa brasileira. E, conseqüentemente, da manipulação. A prova viva dessa teoria é a eleição e o impeachment de Collor - a mesma imprensa que o elegeu, o derrubou.

Mas, com o surgimento de outras tecnologias, a imprensa perdeu espaço e o controle da informação. Em uma encruzilhada, adotou uma estratégia sem ética. O objetivo principal não é a investigação e sim a confirmação de uma tese defendida pela linha ideológica de determinada mídia - tudo isso acobertado por uma aliança entre os grandes meios.

### O modelo *Veja*

É na revista *Veja* que esse tipo de jornalismo tem seu expoente máximo. Nassif exemplificou sua tese com a tentativa de derrubar o governo Lula/PT. Naquele momento foram publicadas pela revista uma série de boatos, sem qualquer investigação, somados a humilhações estéticas (foto-montagens) e morais.

Nassif acredita porém que ainda exista uma luz no fim do túnel, para o jornalista os novos meios de comunicação, especialmente a Internet, podem reverter a situação. "A Internet é o início da democratização da informação, as possibilidades estão abertas", comentou. Para ele a ferramenta que pode revolucionar o jornalismo na Internet é a interatividade, já que o público participa efetivamente da construção da notícia.

Também fizeram parte da mesa Glauco Faria, editor executivo da revista Fórum, o pesquisador Fábio Jamal Makhoul, que está terminando sua tese de pós-graduação sobre a cobertura da revista *Veja* e os alunos do jornalismo Caio Zinet e João Villaverde. A mediação foi realizada pelo professor José Salvador Faro.

## PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

**PUCViva:** 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)

- **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

**Editor:** Valdir Mengardo

**Sub-editor:** Leandro Divera

**Reportagem:** Victor Sousa e Otávio Nagoya

**Fotografia:** Marcela Rocha e Bruna Campos

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

## SUCESSÃO

# "Ninguém pode ficar fora do processo eleitoral"

*Diretora do Centro de Educação e referência hoje como integrante do Conselho Universitário, nossa entrevistada da semana é a professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação*

### A GESTÃO MAURA VÉRAS

Penso que a gestão da professora Maura teve a sua excepcionalidade. Não transcorreu de modo tranquilo. Tivemos a intervenção da Fundação São Paulo, uma crise financeira de grandes proporções, que obrigou a universidade refletir sobre medidas, muitas vezes horrosas, mas que foram necessárias para buscar o equilíbrio financeiro – principalmente no que diz respeito aos contratos dos professores, quando foi necessária a maximização. Acredito que a Reitoria teve dificuldades para enfrentar a situação. O Conselho Universitário avaliou que, independentemente das posições que os conselheiros haviam tomado durante o processo eleitoral, apoiando outros candidatos, o momento exigia um apoio à Reitoria eleita, pois o que estava em risco era a autonomia universitária. Acredito que a gestão Maura não foi mais difícil porque houve compreensão por parte do Consun e dos dirigentes da universidade. Obviamente, não seria correto apoiar incondicionalmente, mas apoiar a Reitoria em favor da autonomia universitária, frente à intervenção da Fundação e do Ministério Público. Contraditoriamente, foi uma gestão muito turbulenta e com muitas dificuldades, mas, por outro lado, nunca uma Reitoria teve a compreensão de tão grande grupo de pessoas.

### DESAFIOS DA PRÓXIMA GESTÃO

A primeira ação de uma nova gestão seria resgatar as relações entre os diversos setores da universidade, atualmente muito complicadas. É claro que isso não depende exclusivamente da gestão, mas esse debate precisa ser feito durante o processo eleitoral.

O segundo ponto seria manter o equilíbrio, sabendo preservar aquilo que é fundamental. Não cometer grandes erros, que coloquem em risco o posto de trabalho de todos. Mas ao mesmo tempo manter uma universidade com pesquisa, extensão, e mesmo com cursos deficitários. Alguns cursos dão prejuízo, mas possuem um papel social importante. Esse equilíbrio entre não colocar a universidade em risco financeiro,

mas, ao mesmo tempo, não sacrificar o aspecto mais importante da PUC-SP, ou seja, a carreira docente, os contratos dos professores, é um desafio muito grande. Exige uma grande responsabilidade do próximo reitor.

Apesar de continuarmos com a dívida e o déficit, estamos equilibrando a PUC-SP, pois a dívida está sendo quitada e vai acabar. Houve também os recursos do BNDES. Tivemos que maximizar os contratos de trabalho para não perder a carreira docente. Ainda existem dívidas para com os professores e funcionários. São sacrifícios que têm surtido resultados, porque de fato estamos conseguindo, como universidade, pagar a dívida. A PUC-SP tende a estar completamente equilibrada financeiramente dentro de três anos, pois é uma universidade superavitária. Se não fosse a dívida, seríamos uma das universidades privadas mais saudáveis do Brasil. A tendência, então, é voltar a discutir o caráter do contrato docente, para melhorá-lo. A próxima Reitoria enfrentará essa realidade, encontrará uma universidade mais ou menos equilibrada, que poderá, ao término da próxima gestão, estar equilibrada por completo.

A nova gestão não deve prometer mundos e fundos, porque a saída para a PUC-SP não é milagrosa. A solução vem de dentro: aumentar a educação continuada, continuar a criar cursos de importância social, mas que ao mesmo tempo despertem uma grande procura. Devemos fazer projetos de pesquisas, ligados ao CNPq, à Capes e às instituições de fomento. Também podemos ampliar nossa capacidade de extensão. A Reitoria precisa de um projeto em médio prazo, para que esses setores estratégicos possam desenvolver-se.

### FUNDAÇÃO SÃO PAULO

Temos que imaginar que a Fundação São Paulo sempre existiu, mas a forma como ela atuava na PUC-SP era diferente: a própria Reitoria representava a Fundação. Diante da crise que vivemos, a Fundação não permite mais essa maneira de atuação. Assim, está assumindo seu papel enquanto um ente institucional diferente da universidade. Às vezes, a Fundação ocupa



**"A próxima Reitoria terá uma grande responsabilidade: não pode permitir que se quebre a autonomia da universidade"**

um espaço que seria da Reitoria; outras vezes, ocorre o contrário. É preciso saber qual a função de cada um, para que nenhum ocupe o espaço do outro.

A Reitoria tem a grande responsabilidade de não permitir que se quebre a autonomia da universidade. Primeiro porque essa autonomia não é da PUC-SP, é uma conquista democrática do povo brasileiro – por isso, faz parte da Constituição. A próxima Reitoria deve deixar claro que isso é fundamental, e que disso não abre mão.

Por outro lado, a universidade não pode tomar medidas que vão contra a própria instituição, pois dessa forma colocaria em risco a própria autonomia, abrindo campo para a mantenedora avançar o sinal. É preciso respeito mútuo. Se a PUC-SP tiver na Reitoria um conjunto de pessoas e setores envolvidos e conscientes, que querem manter a discussão do projeto com clareza, a Fundação não tem por que intervir, pois também quer uma PUC-SP viável. Ela não deve se intrometer nas coisas acadêmicas, nas decisões administrativas da PUC-SP, a não ser que essas decisões coloquem em risco a viabilidade da instituição.

Na gestão Maura, tivemos momentos muito complicados, como a demissão dos professores pela Fundação, que desrespeitou nossos estatutos, e o Consun teve de se pronunciar contrariamente, pois seu papel é defender o estatuto. Mais recentemente, o Consun também foi contra o ato da Fundação que determinava que cursos recém-criados precisariam do aval da mantenedora.

Com relação à lista tríplice, penso que, na situação em que vivemos, não é qualquer um que pode ser candidato a reitor da PUC-SP. Cada um que se coloca como candidato, se quiser de fato fazer uma gestão, tem de pensar que hoje existe uma presença forte da Fundação, e que nosso estatuto diz que a eleição se dá por uma lista tríplice. Se o candidato não tem um perfil para ser dirigente, corre-se o risco de a FSP escolher o segundo colocado. Poderemos viver uma crise, pois pela nossa tradição o mais votado é sempre escolhido, e não acredito que esta universidade vai abrir mão disso. Espero não ver isso na PUC-SP. Já basta o que aconteceu na PUC Campinas, gerando uma crise que até hoje não se resolveu.

## MOVIMENTO ESTUDANTIL

Sempre defendi que os movimentos devem ser respeitados; são interlocutores válidos, sérios e com projetos. O problema é que estamos vivendo na PUC-SP uma situação muito peculiar. Há grupos do movimento estudantil com muita dificuldade de diálogo. A dificuldade não é só da Reitoria. Há determinados grupos formados por pessoas que não enfrentam o debate, pois muitas vezes adotam posições fechadas e consideram que são as mais corretas. É saudável defender a sua posição, mas eles não respeitam as posições dos outros, não usam as relações próprias da política, quando você pode discordar profundamente do outro, mas mantém um mínimo de respeito. Existem professores na PUC-SP com os quais nunca concordei, mas tenho um profundo respeito pessoal. Jamais entraria em um

debate desrespeitando-os, xingando-os – isso não é bem uma relação política. Estamos precisando resgatar regras básicas de convivência política.

Com relação à ocupação da Reitoria, o estatuto tem os seus princípios disciplinares que são usados para professores, funcionários e estudantes, e também por gestões anteriores. Será preciso bom senso: saber diferenciar o que é o movimento estudantil, em seu espaço, que não podemos tolher, daquilo que não é. Como conselheira estou aguardando para poder julgar se esse processo administrativo foi feito com todo o cuidado e soube separar o que é manifestação política justa e legítima. Discordei do método dos estudantes. A invasão foi prematura, não tinha uma bandeira política clara e desgastou uma forma de luta, porque o debate do redesenho estava apenas começando, não era o final do processo. A ocupação foi descuidada. Vendo o filme, vi como houve depredação lá dentro – problemas que não ocorreram em outras ocupações. Por isso, acho que os estudantes são responsáveis por qualquer que seja a ação política, mas não concordo com a opressão à manifestação política. É preciso saber separar.

## AS POSSIBILIDADES DO REDESENHO

O redesenho sozinho não vai fazer nada. Ele aponta para a estrutura da universidade e para seus órgãos de deliberação básicos, a participação dos diferentes setores nesses órgãos e como deve ocorrer a relação didática na universidade. Uma coisa é a estrutura, e outra é o plano de gestão. Se houver uma Reitoria com um plano de gestão horroroso, não há estrutura que suporte. A estrutura garante que exista Conselho Universitário, um Conselho de Ensino e Pesquisa, um Conselho Departamental, na faculdade com poder deliberativo, uma reitoria com pró-reitorias. Não vai resolver o problema financeiro, nem o problema de gestão. A estrutura pode colaborar diminuindo gastos com representações que não são fundamentais, e agilizando processos, sem impedir manifestações coletivas. Temos hoje uma estrutura muito burocratizada e pouco democrática.

## PROCESSO ELEITORAL

O quadro ainda está muito confuso e muito incipiente. Não temos clareza de quem são os grupos e o tipo de movimento que estão fazendo. Isso só vai ocorrer na medida em que o processo for se desenvolvendo.

Diante do atual quadro da PUC-SP, as eleições para a Reitoria devem ser tratadas com muito carinho e com engajamento. Será um momento político fundamental. Por isso, ninguém pode ficar fora desse processo. Nesse sentido, eu, que faço parte do Conselho Universitário, já tive cargos de movimentos docentes, etc, não vou ficar fora da minha responsabilidade de ajudar. Não sou candidata, de jeito nenhum – não tenho isso nos meus planos –, mas vou ajudar a montar uma equipe, ou ajudar uma candidatura que eu considerar responsável e capacitada para enfrentar os problemas. Não quero que esta universidade se desvirtue em seu caminho de lutar pela qualidade.

# Manifesto reivindicatório das entidades à Reitoria

**E**m reunião realizada no dia 5 de março de 2008, que contou com as presenças dos CAs, APROPUC e AFAPUC, decidiu-se dirigir a esta Reitoria uma petição, objetivando o fim do processo administrativo contra os estudantes indiciados no processo da ocupação.

As representações estudantis (pelo Conselho de Centros Acadêmicos), a APROPUC e a AFAPUC consideram que os problemas universitários, por mais conflituosos e traumáticos que sejam, devem ser tratados pela via político-social. Trata-se de um pressuposto da autonomia e democracia universitárias.

O indiciamento e o inquérito contra nove estudantes – de um universo de mais de duzentos que ocuparam a Reitoria – está em contraposição a importantes conquistas organizativas e políticas do movimento social. A Comissão constituída por esta Reitoria e o inquérito montado expressam uma posição estritamente repressiva.

Reitoria e Comissão desvinculam arbitrariamente do movimento estudantil os nove indiciados. Desconsideram que os estudantes não foram movidos por causa própria, que existiam motivos para a ocupação, que foram apresentadas reivindicações, que o Redesenho é uma peça da crise financeira-educacional da PUC-SP, que os estudantes foram marginalizados do processo de sua elaboração e que se tratou de uma forma de luta típica de movimentos coletivos.

Repetimos – a totalidade dos estudantes não agiu em causa própria; exprimiu o descontentamento da parcela mais comprometida com os problemas da universidade, por ser mais ativa e representativa na defesa das condições de ensino.

O Redesenho é uma montagem administrativa da qual poucos sabem medir as conseqüências para o ensino. Não é permitido o acesso a uma avaliação de até que ponto o aspecto financeiro irá se sobrepor ao funcionamento da universidade, ao trabalho dos professores e funcionários e aos alunos na sala de aula. A maximização, as demissões e as reformas curriculares mostram a gravidade dessa sobreposição. O que o Redesenho desencadeará?

Como é que, então, esta Reitoria pôde excluir os estudantes e suas organizações desse processo? Seria pelo fato de o movimento estudantil ter se destacado em críticas às respostas que a Reitoria

tem dado à crise financeira? Seria pelo fato de os estudantes mostrarem, na atualidade, maior disposição de resistir ao processo corporativo de implantação do Redesenho?

Como se vê, estamos no campo da política, de onde uma Reitoria eleita jamais poderia sair. Na verdade, esta Reitoria tem um julgamento político da ocupação, mas o obscurece e o desvanece com um julgamento jurídico-policial. Pode haver estudantes, professores e funcionários que tenham também julgamentos políticos negativos da ocupação, mas não apóiam suas divergências em medidas repressivas.

Acontecimentos sociais devem ser avaliados e criticados no próprio conjunto do movimento social, de forma a garantir a democracia universitária. O que esta Reitoria está fazendo é combater o movimento estudantil com as velhas armas da repressão.

Os nove estudantes estão sendo punidos a despeito de serem representantes estudantis com posições políticas contrárias ao processo de implantação do Redesenho. O pior que pode acontecer para a democracia universitária é a adoção do método policial: separar as lideranças dos estudantes, na tentativa de “cortar as cabeças”. Esta é a conseqüência mais grave da investida repressiva contra os indiciados. A Reitoria não objetiva apenas atingi-los individualmente. Objetiva atingir seu lugar social e político no movimento estudantil de resistência às medidas de mercantilização da universidade.

É com essa compreensão que as entidades vêm reivindicar que se respeite a democracia universitária, que não se desvincule os nove estudantes do restante do movimento, que seja revogado o processo administrativo contra eles e se retroceda em todas as medidas repressivas.

Assinam:

APROPUC (Associação dos Professores da PUC-SP), AFAPUC (Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP), CA Benevides Paixão (Artes do Corpo, Jornalismo e Mídias), CA Clarice Lispector (Letras, SEB e SET), CAFIL (Filosofia), CACS (Ciências Sociais, Geografia, História, e Turismo), CARI (Relações Internacionais), CASS (Serviço Social), 22 DE AGOSTO (Direito), CA Joel Martins (Educação), CA PSICOLOGIA

# Rola na rampa

## Problemas no RM

### prejudicam funcionários

Mais uma vez o novo sistema RM apresentou problemas: desta vez, uma quantidade razoável de boletos bancários foi emitida com valores errados, provocando reações indignadas de alunos e de seus pais. Para sanar o problema, o setor Siga/RM recrutou mais uma leva de funcionários cuja função principal consistia em atender às reclamações de pais de alunos. Procurada pela AFAPUC, a funcionária Ângela Rena, coor-

denadora da Divisão de Recursos Humanos, esclareceu que os trabalhadores foram deslocados de suas funções temporariamente, a título de colaboração, para sanar um problema imediato. A operação, porém, vem causando sérios transtornos, uma vez que os funcionários são deslocados de suas funções originais, previstas pela sua qualificação profissional, desfalcando também a sua unidade de origem.

## Professores reabrem cursos na Fundação Santo André

No início do ano, o reitor da Fundação Santo André, Odair Bermelho, encerrou oito dos onze cursos de licenciatura da Fafil – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mas os professores e alunos da universidade tomaram uma atitude ousada e inédita, reabrindo os cursos de Ciências Sociais, História e Geografia. As aulas ocorrem gratuitamente e 215 alunos se inscreveram nas três carrei-

ras. O fechamento dos cursos é considerado irregular pelos docentes, já que teve o caráter de medida repressiva. Alguns estudantes chegaram a pagar a matrícula e a primeira mensalidade. O reitor é acusado de chamar a Tropa de Choque da PM por duas vezes para reprimir posições contrárias às dele na universidade, além das denúncias de uso irregular do dinheiro das mensalidades.

## Redesenho volta à pauta do Consun

Nesta quarta-feira, 19/3 o Conselho Universitário discutirá as três propostas existentes para o Redesenho, devidamente alteradas pelas contribuições da comunidade. Até terça-feira, 18/3, as unidades poderão ainda enviar sugestões. Na quarta, a Comissão de Redesenho Ins-

titucional apresenta aos conselheiros uma matriz para a deliberação final do Consun, que deverá ocorrer em 26/3. A Cori apresentou na página [www.pucsp.br/redesenho](http://www.pucsp.br/redesenho) um roteiro enumerando as cláusulas do estatuto da universidade que sofrerão mudanças com o Redesenho.

## Debate marca lançamento da Revista PUCviva

Grande parte dos colaboradores da nova edição da *Revista PUCviva* – publicação acadêmica e informativa dos professores da PUC-SP – participarão de

um bate-papo sobre o tema Violência Urbana, que pauta a revista. A conversa está marcada para o dia 27/3, às 9h30 e às 19h30, no auditório 333.

## Direito: Ministério Público determina semestralidade

O Ministério Público Federal pediu a suspensão do regime semestral do curso de Direito da PUC-SP. Segundo o órgão público, o novo projeto pedagógico da Faculdade de Direito é irregular, porque entra em conflito

com o Regimento Interno da unidade e visa apenas barrar estudantes inadimplentes no meio do ano. Caso a PUC-SP não cumpra a recomendação em 30 dias, o MPF pode entrar na Justiça contra a universidade.

## Assembléia dos cursos de comunicação

Os cursos de Jornalismo, Multimeios e Artes do Corpo realizarão assembléia conjunta nesta terça-feira, 18/3, às 12h e às 19h, no pátio do Benê. Na pauta, Redesenho, repressão e esclarecimentos sobre o Comitê Contra a Repressão.

## AFAPUC firma nova parceria

A AFAPUC firmou convênio com o Centro Esportivo Raul Tabajara (Rua Anhangüera, 484, Barra Funda). O convênio propicia o uso de piscina, campo de futebol, teatro, além de atividades de esporte e lazer. Para inscrever-se, o funcionário deverá entregar duas fotos 3x4 e preencher um formulário na sede da associação.

## Teologia feminista em pauta

A professora Elisabeth Scussler Fiorenza, que leciona o Novo Testamento na Universidade de Harvard, ministrará o curso *Conversas com uma teóloga feminista*, organizado pelos programas de pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP e da Universidade Metodista. A primeira palestra, *O poder da palavra: escritura de*

*retórica do império*, ocorrerá no dia 04/4, às 14h, no auditório superior do Tuca. O segundo encontro será realizado no câmpus da Metodista em São Bernardo do Campo, no dia 05/4, sob o título *Temas críticos para os assuntos feministas e bíblicos*. Ambos os eventos são gratuitos e sem necessidade de inscrição prévia.